



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0010896-68.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Luiz Ribeiro da Costa**
 Requerido: **HMR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES IMOBILIÁRIOS LTDA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que o autor alegou que em 1984 firmou contrato particular de cessão de direitos para utilização de um jazigo no Cemitério Jardim da Paz, pagando então quantia que especificou.

Alegou ainda que a ré passou a administrar esse cemitério e soube por intermédio dela que o contrato referido não tinha mais valor.

Já a ré em contestação refutou tal explicação, mas ressaltou que autor deixou de pagar uma taxa anual contemplada no instrumento que celebrou, formulando por isso pedido contraposto visando à sua rescisão.

O documento de fls. 03/04 representa o contrato mencionado pelas partes e por seu intermédio foi cedido ao autor o uso de um jazigo no Cemitério Jardim da Paz.

A cláusula 7ª dele estipulou a obrigação do autor pagar uma taxa anual destinada à manutenção do empreendimento, mas ele confessadamente admitiu que não o fez ao longo do tempo (fl. 26).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Diante disso, e inexistindo justificativa que desse guarida à inércia do autor, a conclusão que se impõe é a de que o contrato continuou produzindo efeitos, mas sua rescisão agora é de rigor em face do descumprimento de dever a cargo dele.

Ressalvo, por oportuno, que na audiência levada a cabo o autor deixou claro que não adimpliria agora a obrigação, ainda que de forma parcelada.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE a ação e PROCEDENTE o pedido contraposto** para declarar a rescisão do contrato de fls. 03/04 por culpa do autor.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 30 de maio de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**